



COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR – CPPD

ATA DA 87ª REUNIÃO DA CPPD

DATA: 05/07/2017

LOCAL: AUDITÓRIO DA SEUMA/SEINF

CONSELHEIROS/MEMBROS NATOS/MEMBROS REPRESENTANTES DA CPPD:

AMC – Rosina de Almeida Lopes; **PGM** – Fernanda Diógenes; **SDE** – Vanilton Bezerra Pinto; **SEFIN** – David Lima da Silva; **SEINF** – José Roberto de Resende; **IPLANFOR** – Mário Fracalossi Junior; **SER I** – Jackeline Facó Tavares; **SER II** – Guto Azevedo de Alencar; **SER IV** – José Carlos Alves; **SER V** – Alanderson de Castro Manguiera, Jalsey Pereira de Nazareno; **SER VI** – Bernadette Matos Alcântara; **DETRAN** – Cássio Adler Gonçalves Vitorino Leite; **FBFF** – Jerônimo Paulo da Silva; **SINDIONIBUS** – José Davi da Silva Pacheco; **SINDUSCON** – Luana Silva Marques Quinderé.

Presidente da CPPD: Maria Águeda Pontes Caminha Muniz

Secretária Executiva: Marília Ferreira Lima Gadelha

Coordenadora da COURB: Marina Cavalcante Hissa

Expositores: Marina Hissa – **COURB/SEUMA**
Edilene Oliveira – **CPA/SEUMA**

PARTICIPANTES: AMC - Lucas Lordão Pimentel; SER VI – Eduardo Araújo Tertius; SEUMA – Roberto Craveiro, Pâmela Pimentel.

PAUTA:

1. Aprovação da Ata da 86ª Reunião da CPPD;
2. Apresentação do Programa Gestão Compartilhada: Adoção de Praças e Áreas Verdes e Reciclando Atitudes.

ABERTURA, EXPOSIÇÕES E DISCUSSÕES:

A Arq. Marina Hissa, Coordenadora da Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano (COURB/SEUMA) iniciou a reunião cumprimentando os presentes e informou que a presidente da CPPD, Secretária Águeda Muniz, não poderia estar presente na reunião e iria substituí-la. Em seguida, deu início a aprovação da

ata, conforme descrito na convocação enviada e questionou se os conselheiros teriam alguma restrição. Como não houve pronunciamento dos conselheiros, a ata foi aprovada.

Explicou que nas reuniões anteriores da Comissão se propôs apresentar o programa da Coordenação de Políticas Ambientais sobre gestão compartilhada, e em seguida passou a palavra para a Sra. Edilene Oliveira, Coordenadora da Coordenadoria de Políticas Ambientais (CPA/SEUMA) para apresentar a pauta.

A Sra. Edilene Oliveira informou que a apresentação iria abordar as ações realizadas entre os anos de 2013-2016 e algumas atividades de 2017. Acrescentou que a Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA) é dividida em 04 (quatro) coordenações técnicas, que são: Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano (COURB), Coordenadoria de Licenciamento (COL), Coordenadoria de Políticas Ambientais (CPA) e ressaltou que até recentemente existia a Coordenadoria de Fiscalização (COFIS), porém as funções foram transferidas para a Agência de Fiscalização de Fortaleza (AGEFIS), portanto, a Coordenadoria está sendo reestruturada.

Explicou que a Coordenadoria de Políticas Ambientais é responsável por desenvolver as políticas de meio ambiente no Município de Fortaleza, e que a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Nº 6938/1931) norteia a gestão, bem como, a Lei da Constituição Federal (Art. 225). Salientou que a gestão é com base no compartilhamento de responsabilidades. Destacou que iria apresentar algumas ações que buscam essa premissa que vem desde 1981 e que foi ratificada em 1988, onde todos têm direito a esse ambiente ecologicamente equilibrado, mas que é dever de todos; do poder público e da coletividade proteger e defender para as futuras gerações.

Destacou que nos últimos dois anos, foi elaborado a Minuta de Lei da Política Municipal do Meio Ambiente e tem objetivos, estratégias, diretrizes, conforme regulamenta os artigos 19 e 20 do Plano Diretor (Lei Complementar Nº 062/2009). Informou que a Minuta de Lei está tramitando na Câmara Municipal de Fortaleza (CMFor) aguardando votação.

Falou ainda que a Minuta de Lei busca integrar o ambiente natural e o ambiente construído e que acredita que não é possível dissociar o meio ambiente do antrópico. Ressaltou que o grande desafio da gestão é equilibrar todos os interesses e compor esses conflitos que são decorrentes da natureza humana, decorrentes das práticas humanas e assim buscar um desenvolvimento sustentável.





Falou que os estudiosos falam de desenvolvimento sustentável que consiste no que é ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo; e que alguns doutrinadores falam agora que o desenvolvimento sustentável é calcado em quatro pilares, que são: ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e da eficiência energética.

Informou que a Coordenadoria de Políticas Ambientais trabalha com três grandes eixos e é estruturada em três gerências, que são:

- Planejamento e Gestão dos Sistemas Naturais;
- Sustentabilidade Ambiental;
- Educação Ambiental.

Ressaltou que além disso, são trabalhados os componentes: áreas verdes, águas, controle da poluição, biodiversidade e como instrumento de gestão a educação ambiental, portanto, este perpassa por todos os componentes.

Salientou que foram colocados também como instrumentos de gestão na Política Municipal de Meio Ambiente o Plano de Meta de Carbono, Plano de Arborização, e o Plano Integrado de Resíduos Sólidos como estratégia.

Informou que também tramita na Câmara Municipal de Fortaleza (CMFor) a Minuta de Lei do Sistema Municipal de Áreas Verdes, conforme preconiza os Arts. 19 e 20 do Plano Diretor, além disso, destacou uma vitória que foi a regulamentação e criação de 23 (vinte e três) Parques. Falou que alguns Parques eram criados, mas a poligonal não era regulamentada e foi feito o trabalho georreferenciado, de organização dos decretos com todas as coordenadas e alguns parques foram criados a exemplo do Parque Rachel de Queiroz que não existia, além do Guararapes, então são Parques que foram criados ou regulamentados.

O grande desafio hoje é implantar a manutenção dos parques, onde cada vez mais os governos tem uma dificuldade institucional no ponto de vista financeiro, com as receitas decaindo ao longo dos anos, mas há uma vontade e um compromisso da Prefeitura. Disse ainda que vem sendo feito um trabalho que busca a efetivação da manutenção e implantação dos 23 Parques, com guarda municipal voltada para a questão ambiental e estruturação da Autarquia de Paisagismo e Urbanismo de Fortaleza (URBFOR).

Apresentou alguns parques através de fotos e ainda os trechos do Parque Rachel de Queiroz. Destacou o Bosque do Bem, que é o quinto trecho do Parque Rachel de Queiroz e é um caso de Gestão compartilhada de sucesso.

Exemplificou também com o viaduto da Raul Babosa, onde em baixo do viaduto se tornou espaço público e campo de futebol, por decisão da população. Além disso, a população solicitou a implantação de parquinho, academia e disse ainda que os espaços públicos surgem e cabe aos servidores públicos resolver da melhor forma.

Ressaltou se pudessem rever o programa e lançar um novo, seria adoção de espaços públicos e não mais adoção de praças, pois de 122 efetivamente adotados, somente 90 são praças.

Explicou que antigamente quando eram feitos o parcelamento do solo, a área institucional que é a área livre, ficava desocupada e com o tempo acabava sendo ocupada por outros usos que não o espaço público, por conta disso Fortaleza perdeu muitas praças, parques e espaços públicos; e hoje no momento do parcelamento já é solicitado a implantação da praça e a Prefeitura entra com a parte que lhe cabe.

O conselheiro Mário Fracalossi, representante do Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR) fez os seguintes questionamentos: Cada adoção dos espaços públicos tem um formato próprio?; O adotante assume algumas responsabilidades?; A manutenção é mantida totalmente ou parcialmente?; Após a adoção, quais as responsabilidades da Prefeitura?; e, Como tem funcionado internamente na Prefeitura, as informações estão fluindo com os órgãos de manutenção da Prefeitura?

A Sra. Edilene Oliveira respondeu que estão sendo equalizados alguns planos, pois cada adoção tem uma receita própria e como adoção é voluntária e algo que não vai ter nada em troca, o adotante fica livre para propor o que poderá fazer. Os planos de trabalho estão sendo acompanhados pelas Regionais desde o ano passado, especialmente esse ano, e inclusive a URBFOR. Frisou a quantidade de documentação e que estão todos scanneados.

Em seguida o conselheiro Mário Fracalossi sugeriu que sejam publicizados os planos, listando as atividades e os responsáveis por cada item de cada espaço adotado.

A Sra. Edilene Oliveira disse que a ideia é boa e falou ainda que a gerente Sílvia Maciel assumiu a gerência no início do ano, juntamente com a articuladora Cássia Liliane e já foi feito estoque zero dos processos de





adoção de praça, onde foram analisados mais de 300 processos e ao final chegaram a 122 efetivamente assinados e atualmente estão tramitando 17 processos.

Ressaltou que está sendo prospectado ter no portal da SEUMA, informação dos espaços que possam ser adotados e para isso estão organizando os planos de trabalho e como todo programa, houve planejamento e agora é o que se chama de acelerar e não da pra acelerar se não for feito algumas correções, além disso, estão empoderando os pontos focais nas regionais, empoderando os secretários.

Acrescentou que posteriormente será lançada a adoção dos pontos de lixo, onde terá o muro com o espaço e que já existe o modelo de Decreto. Falou ainda que até agora foram requalificados ou estão em fase de requalificação 85 pontos de lixo e que a população no entorno participa do processo, se empodera e não deixa o lixo voltar.

Falou que no processo de requalificação dos pontos de lixo são realizadas visitas nas escolas do entorno e visitas porta a porta fazendo educação ambiental e quando necessário a Agência de Fiscalização de Fortaleza (AGEFIS) é acionada, é um trabalho em conjunto e essa metodologia já foi passada para as regionais, com o fluxograma. Falou que existe o prazo mínimo e máximo para cada ação, mas existem pontos de lixo que foram erradicados em 01 semana.

O conselheiro Mário Fracalossi questionou como é feita a gestão dos contratos e depois que o Termo de Parceria é assinado, quem acompanha a área adotado. A Sra. Edilene respondeu que são as Regionais, juntamente com a SEUMA, inicialmente era para ser somente a Regional que acompanhasse, porém está sendo proposto que a SEUMA também faça esse acompanhamento para ser compartilhado.

A Gerente de Sustentabilidade, Sílvia Maciel acrescentou os processos são abertos em cada Regional equivalente a praça e posteriormente se tramita na SEUMA devido aos cunhos de impacto, pois tem todo o trâmite de avaliação ambiental pra identificar se pode ser adotado aquele local. Disse ainda que cada Regional tem uma equipe direcionada a adoção de praças e áreas verdes, juntamente com a SEUMA. A SEUMA coordena o projeto e juntamente com a Regional vai a campo para fazer a identificação, se está atendendo e que nesse ano foram executadas 13 reuniões de práticas das adoções e mais 04 irão ocorrer até o final do ano para ter resultados satisfatórios.

A Sra. Edilene Oliveira ressaltou que a URBFOR entra como terceiro agente e que foi separado todo o

material e encaminhado para URBFOR. Salientou que a ideia é que ocorram essas reuniões mais sistemáticas com a URBFOR no ponto de vista da manutenção já que essa competência hoje está mais fortemente plantada na URBFOR.

Exemplificou com a Praça Portugal, informando que a reforma terminou com mais árvores do que existiam e que foram transplantadas 10 árvores e apenas um coqueiro que já estava condenado foi retirado, além disso foram plantadas várias árvores que estão sendo cuidadas.

Apresentou ainda exemplos de praças e operações urbanas consorciadas no entorno da cidade. Falou sobre o Plano de Arborização que iniciou em 2014 e tinha como meta no primeiro ano plantar 35.000 árvores e a meta foi alcançada e até o ano de 2020 a meta é plantar 100.000 árvores. Até o final de 2016 foram registradas 72.000 árvores plantadas e que a Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEINF) é uma parceira nos plantio de árvore na cidade, pois todas as avenidas que estão sendo implantadas já são arborizadas.

Ressaltou a dificuldade de manutenção das árvores, devido ao período de stress hídrico algumas mudas são perdidas e contam com a população para aguar. Informou que existe o Manual de Arborização e apresentou foto dos plantios.

Mostrou ainda o projeto árvore na minha calçada e acrescentou que não é um projeto de grandes números, mas o plano de arborização tem como diretriz trabalhar com mudas de 1,80m a 2,00m; árvores nativas, utilizar o manual de arborização, utilizar o berço na metragem correta, cavar, adubar. Para fazer o plantio é feita uma operacionalização por meio de 04 projetos, que são: Árvore na minha calçada; SEUMA nas escolas, onde são feito plantio nas escolas e em algumas escolas são feitas hortas; Ciclofaixa de Lazer; e Eventos Oficiais, onde acontece distribuição de mudas.

Em seguida, informou que a SEUMA tem todo um cuidado em preencher questionários que tragam benefícios para o Município, pois deixando de reportar uma pesquisa ou alimentar uma plataforma pode tirar o Município de linha de financiamento ou deixar o Município inapto a receber um determinado valor. Destacou que é um trabalho que é invisível, mas que é feito com muito afinco e exemplificou com o Plano de Saneamento, onde Fortaleza foi um dos poucos municípios do país que entregou no ano de 2015, pois era sob pena de ficar sem recurso; e o Selo Verde, que são todas as políticas ambientais que o





município faz.

Falou sobre a Política de Baixo Carbono e convidou todos os presentes para o lançamento que aconteceria no dia 06 de julho, onde a Lei foi publicada no Diário Oficial do Município. Disse ainda que para executar a política existe um plano de metas, que vem sendo cumprido, e em 2015 bateu a meta e a meta do ano de 2016 está sendo avaliada. Falou que o maior emissor de carbono no Município é o transporte e que Fortaleza tem uma usina de biometano, ou seja, todo metano canalizado para a usina deixa de poluir 24 vezes.

Em seguida, apresentou uma linha do tempo da Política de Mudanças Climáticas que iniciou em 2013 com o Urban Leds e ressaltou que terá o Urban Leds 2 que será captação de recursos e informou sobre a reunião do Fórum de Mudanças Climáticas (FORCLIMA) que foi lançado em 2014. Também foram lançados as Pegadas de Carbono e Hídrica da Cidade, com os aplicativos que podem ser calculados as pegadas individuais e de empresas.

Destacou que em 2016 a CAF contratou a empresa Servicios Ambientales S.A. que fez a pegada de carbono e hídrica de Fortaleza e foi descoberto quanto a gestão e a Cidade gastava de energia para funcionar, bem como, quanto de água se gastava na gestão e na cidade. A empresa elaborou 02 aplicativos, onde todos podem baixar e calculadas as pegada, tanto de Carbono quanto a Hídrica.

Frisou que o maior emissor é o transporte e o resíduo, se é implementado as políticas de mobilidade, de transporte coletivo tem um impacto; bem como, se eu implementado de coleta seletiva, transformação de resíduo e energia tem impacto e Fortaleza tem plano de metas e um termo de referência do plano de adaptação para impactar.

O conselheiro Mário Fracalossi questionou que já que o resíduo vai para outro Município qual o impacto que tem na cidade. A Sra. Edilene Oliveira esclareceu que a emissão acontece na geração do resíduo, portanto acontece na cidade. Apresentou ainda ações a serem feitas e metas a serem cumpridas e a ideia é reduzir.

Falou que a Educação Ambiental é um instrumento de gestão que trabalha com sensibilização, com a questão socioambiental, ou seja, incluir os catadores e as comunidades; trabalha com formação, com estruturação, dar opções como o ecoponto, o ponto de coleta; e a fiscalização.



Deu um exemplo de gestão compartilhada, com a educação ambiental na Lagoa do Mondubim e reportagem de mergulhadores retirando lixo do mar, limpeza de praia, e disse que são ações que pode ser que o lixo retirado não faça a diferença, mas é um instrumento de educação ambiental, é um instrumento de sensibilização.

Salientou que está sendo muito trabalhado o descarte correto de resíduos, através de alguns projetos que foram apresentados e também o Projeto Reciclando Atitudes.

Mostrou o Sistema de Informações Ambientais de Fortaleza (SIAFOR) e esclareceu que para o Município ter uma Política de Meio Ambiente, de sistema de meio ambiente implantado precisa de:

- Gestor Ambiental, a SEUMA;
- Um Conselho efetivo, funcionando e autônomo, o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM);
- Um Fundo que receba e desembolse, o Fundo de Defesa do Meio Ambiente (FUNDEMA).

Porém não tinha o sistema e a Lei preconiza que é necessário publicizar as informações de meio ambiente e por conta disso nasceu o SIAFOR.

No SIAFOR é possível identificar árvores plantadas, os locais de coleta, alvarás emitidos e quando a SEUMA fiscalizava o sistema identificava todas as denúncias de poluição sonora e visual.

Apresentou o Fator Verde e explicou que é uma certificação de meio ambiente para as construções, as atividades e parcelamento.

Falou ainda que a certificação das construções foi montada por uma empresa contratada, e para a certificação das atividades e parcelamento, foi montada pela equipe da SEUMA e está em processo de legalização, sendo necessário que a Política Municipal seja aprovada para ser a base legal do Decreto.

Destacou que o Fator Verde está exposto para a cidade é uma proposta, onde as construções, o parcelamento de solo e as atividades possam ser cada vez mais sustentáveis e existe um cardápio, onde escolhe os critérios, tendo critérios obrigatórios e optativos.

Falou que foi colocado como obrigatório os critérios que são importantes para a Cidade, como: doação de árvores, adoção de uma associação de catadores e frisou que tanto o parcelamento, como as atividades



ainda são propostas e que está passível de receber contribuições.

Falou que existem critérios que tem características que o prédio não possui e exemplificou que não pode obrigar que o requerente faça manejo de fauna, se está na praça do ferreira, não pode imputar um critério que nunca será alcançado, então tem o bom senso dos critérios serem exequíveis.

Os critérios são nas seguintes dimensões:

- Cidade Sustentável;
- Ambiente Saudável;
- Energético;
- Hídrico;
- Resíduos Sólidos; e
- Social.

E existem os itens para pontuar, no Fator Verde para as construções são 45 ao todo, 12 obrigatórios, e 33 opcionais.

Nível de Certificação	Critérios a serem atendidos	Total de Critérios
Bronze	12 critérios obrigatórios	12
Prata	12 critérios obrigatórios + 6 opcionais	18
Ouro	12 critérios obrigatórios + 10 opcionais	22
Diamante	12 critérios obrigatórios + 20 opcionais	32

No Fator Verde para parcelamento de solo são 25 critérios, onde 12 são obrigatórios, e 13 opcionais.

Nível de Certificação	Critérios a serem atendidos	Total de Critérios
Bronze	12 critérios obrigatórios	12
Prata	12 critérios obrigatórios + 3 opcionais	15



Ouro	12 critérios obrigatórios + 6 opcionais	18
Diamante	12 critérios obrigatórios + 9 opcionais	21

No Fator Verde para Atividades são 25 critérios, onde 12 são obrigatórios e 13 opcionais.

Nível de Certificação	CrITÉrios a serem atendidos	Total de CrITÉrios
Bronze	12 critérios obrigatórios	12
Prata	12 critérios obrigatórios + 3 opcionais	15
Ouro	12 critérios obrigatórios + 6 opcionais	18
Diamante	12 critérios obrigatórios + 9 opcionais	21

Apresentou ainda os itens obrigatórios e os opcionais de cada segmento. Mostou alguns trabalhos postados no facebook como logística reversa, retirada de lixos, limpeza na lagoa da viúva, reunião do programa de adoção de áreas verdes, adoção da praça da catedral, quintais produtivos do Tancredo Neves, Lagoa do Jangurussu acesso e salientou que são postados os trabalhos mais relevantes. Ao final da apresentação se colocou a disposição em caso de alguma dúvida. Ao repassar a palavra a Arq. Marina Hissa finalizou a reunião agradecendo a presença de todos.

Fortaleza, 05 de julho de 2017.

Marília Ferreira Lima Gadelha
Secretária Executiva da CPPD

Marina Cavalcante Hissa
Coordenadora da COURB

Maria Águeda Pontes Caminha Muniz
Secretária da SEUMA
Presidente da CPPD